

99

arbitramento feito na forma do Artigo 3.º, e de levarem os seus recursos à Relação dos Districtos. = Barão de Alcantara.

„Fica livre a ambas as partes interpor todos os recursos legais. Tão do Senado 4 de julho de 1826. = Carneiro de Campos.

Depois de serem apoiadas, e sufficientemente discutidas, seguiu-se a votação, e ficou approvado o Artigo substituido pela Emenda do Sr. Carneiro de Campos.

O Sr. 1.º Secretario leu hum officio do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio participando que se tinham expedido as ordens necessarias sobre as informações que lhe foram requisitadas para se organizar hum Plano geral de civilização de Indios. O Senado ficou inteirado.

O mesmo Sr. Secretario leu depois outro officio do referido Ministro participando a remessa dos Padroes de Ouro, e Medidas. Remetendo a Commissão de Finanças, e Commercio.

O Sr. Presidente destinou para a Ordem do Dia a continuação da discussão do Projecto de Lei sobre o Direito de Propriedade, e depois a discussão do outro Projecto sobre o numero dos Ministros de Estado, e suas attribuições.

Levantou-se a sessão ás duas horas. = Visconde de Santo Amaro, Presidente. = João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretario. = Barão de Valença, 2.º Secretario.

Sessão 44.ª  
No Dia 5 de Julho de 1826.

Presidencia do Sr. Visconde de S.º Amaro.

Abriu-se a Sessão, e lida a Acta da antecedente foi approvada.



77  
O Sr. Gomide em qualidade de Relator da  
Commissão de Saúde publica, fez a seguinte  
Proposta

„A Commissão de Saúde publica, em confor-  
midade da resolução do Senado propoem:  
Que se peça ao Governo, que ordene: 1.º a En-  
gheiro habil, que faça o plano do nivelamento  
da Cidade, para se esgotar o estangue das ruas,  
com o orçamento das despesas: 2.º ao Intenden-  
te Geral da Policia, que dê a conta da Recita,  
e Despesa detalhada das rendas da Policia: 3.º  
a mesma conta do Senado da Camara. Cáo  
do Senado 5 de Julho de 1826. = José Joaquim de  
Carvalho. = Visconde de Lorena. = Antonio  
Gonçalves Gomide.”

Ficou para entrar em discussão

O Sr. 1.º Secretario participou que se a-  
chava diante o Sr. Visconde da Traia Grande

O Senado ficou inteirado

O mesmo Sr. Secretario lê um officio  
da Camara da Villa de São João d'El Rei, fe-  
licitando o Senado pela abertura da Pontalliação  
da Assembleia Geral Legislativa. Foi recebido  
com agrado

Leão se lêem as seguintes Parcerias  
1.º

„A Commissão da Mesa, vendo o officio  
em que o Ministro e Secretario d'Estado dos Ne-  
gocios do Imperio participa, que Sua Ma-  
gestade Imperial se não dignou tomar em  
consideração a gratificação arbitrada a José  
Pedro Fernandes, que serve de Official Mayor,  
he de parecer, que se pinha em discussão o  
Projecto de Lei sobre os ordenados dos Officiaes  
da Casa, independente do Plano geral, vista a  
necessidade de fixar a decisão a este respeito. Pa-  
re do Senado 5 de Julho de 1826. = Visconde de  
Santo Amaro. = João Antonio Rodrigues de



Carvalho = Barão de Valença = Visconde de  
Barbacena = Francisco Carneiro de Campos.

2.<sup>o</sup>

„A Comissão da Marinha reconhecendo a necessidade de se nomearem dois Contínuos criados pelo Regimento para o serviço da Secretaria, e Paço do Senado, propõem a Joaquim Bernardo de Azevedo, e a Francisco Antonio Pi-  
ro, para os ditos lugares, com o mesmo vencimen-  
to dos outros anteriormente nomeados, e julga que se deve levar a proposta ao Conheci-  
mento de Sua Magestade Imperial, para receber a dita Imperial Approvação se se dignar assim Varche por bem. Paço do Senado  
5 de julho de 1826 = Visconde de Santo Amaro =  
João Antonio Rodrigues de Carvalho = Barão  
de Valença = Visconde de Barbacena = Francisco  
Carneiro de Campos.

3.<sup>o</sup>

„A Comissão de Fazenda, e Commer-  
cio, examinando o requerimento de Jori Lou-  
renço Dias, Negociante d'esta Praça, em que  
expoem, que tendo de Navegar para a costa  
d'Africa, fazendas vindas da Ázia, e pretendem-  
do gozar do beneficio de Baldeação por ser a  
exportação para Reino Estrangeiro, tinha  
requerido ao Juiz da Alfandega, offerecendo-se  
a pagar os direitos de consumo com a clausula  
de que, concedendo-lhe Sua Magestade Im-  
perial, a Quem tenha dirigido a sua suppli-  
ca, o beneficio da Baldeação, lhe ser encontrado  
o excepto em outros despachos que fixasse; as que  
não deferira o dito Juiz, em razão da clausula,  
a vista da Lei, que he o Paragrafo 35 do Alvará  
de 4 de Fevereiro de 1811, que só permite este be-  
nificio de Baldeação ás fazendas importadas em  
Navios Portuguezes, o que se não verifica a res-  
peito das do supplicante, como tudo consta do



documento por elle junto; dizendo mais que a supplica a Sua Magestade Imperial futa, existe em poder do Procurador da Coroa, e seu Ajudante para responder sem que tenha havido resolucao alguma; aquiescendo por tanto que, tomando a Camara esta supplica em consideracao, lhe haja de dar o destino correspondente.

Sao de parecer que não compete a esta Camara o conhecimento deste negocio, devendo o supplicante procurar na sua pretensão pelos meios ordinarios que a Lei lhe permite. Pao do Senado em 5 de Julho de 1826. = Barão de Cayri. = Sebastião Luiz Tinoco da Silva. = Visconde de Barbacena. = Visconde de Maricá. //

Ficará sobre a Mesa.

Ordem do dia.

Principiou a discussão pelo Artigo 2.<sup>o</sup> do Projecto de Lei sobre o Direito de Propriedade.

O Sr. Carneiro de Campos mandou á Mesa a

Emenda

„Ao Artigo 2.<sup>o</sup> Requeiro que se diga, comoção, em vez de invasão, e que depois da palavra = posse = se diga „da propriedade, ou do simples uso d'ella quando isto baste, logo que for liquidado o seu valor. O Pao do Senado 5 de Julho. = Carneiro de Campos.

Foi apreciada, e estando esta materia discutida sufficientemente, poz-se a votos o Artigo, e ficou approvedo, salvas as Emendas, e nova redacção.

Propondo o Sr. Presidente que se supprimisse no Artigo a palavra „invasão, e se lhe substituísse = comoção = venceu-se que sim.

Do mesmo modo se venceu que além do uso da propriedade, se fizesse menção do emprego d'ella.



Passou-se ao Projecto de Lei sobre o numero de Secretarias d'Estado, e funções dos Ministros repetidos, que entrava em 2.<sup>a</sup> discussão.

Lendo-se o 1.<sup>o</sup> Artigo, e não havendo opposição foi approvado.

Discussão-se o Artigo 2.<sup>o</sup>, e depois de algumas reflexões, como não fosse approvado tal e qual, propoz o Sr. Presidente

Se deverião substituir-se as = Negocios do Interior = as expressões „Negocios do Imperio.“ Venceu-se que sim.

2.<sup>o</sup> Se na Classificação das differentes Secretarias, a dos Negocios da Justiça e Ecclesiasticos devia occupar o lugar immediato depois da dos Negocios do Imperio. Resolveu-se pela affirmativa, e que depois d'ella seguissem as outras na mesma ordem por que se achão classificadas no Artigo.

Sobre o Artigo 3.<sup>o</sup> offeriço o Sr. Visconde de Nazaré, a seguinte

Emenda

„Proponho que se acrescentem depois das expressões „Estabelecimentos civis literarios, como Museos, e Laboratorios, o seguinte „Universidades, Academias, e Corporações de Sciencias, e adiante das outras = Cartas de Conselho = o seguinte = todas as graças, e merces, condecorações, empregos honorificos, e quaesquer resoluções em materia de cerimonia, e etiqueta.“ Visconde de Nazaré.“

Foi apoiada, e havendo terminado a discussão, e passado o Artigo sobre a sua redacção, e materia da emenda, propoz o Sr. Presidente

1.<sup>o</sup> de depois da palavra Laboratorios, se additaria „Universidades, Academias, e Corporações de Sciencias.“ Venceu-se que sim.

2.<sup>o</sup> Se se approvava o outro additamento que consta da 2.<sup>a</sup> parte da Emenda. Venceu-se que não.

3.<sup>o</sup> Se em lugar de „Marias“ se poria = Di-



plomas = Approva-se.

4.º Se approva que os Authores do Projecto o redigão de novo com as Emendas que se vierem; e que igualmente dividão em paragrafos numerados aquelles Artigos que contiñem theas independentes, para assim entrar na 3.ª discussão. Resolve-se que sim.

O Artigo 4.º passou com a mudança da palavra Consules = que está no paragrafo 2.º, para o fim do mesmo paragrafo depois da palavra Imperador.

Seguiu-se a discussão do Artigo 5.º, e em virtude de algumas observações que se fizeram, como não passava tal, e qual, propoz o Sr. Presidente

4.º Se deveria fazer-se no Artigo expressa menção dos Benefícios da Capella Imperial? Decidiu-se que sim.

2.º Se depois das palavras "Correspondencia official", se acrescentaria = com os Presidentes das Provincias = Passou.

3.º Se deve declarar-se neste Projecto, que a nomeação para os lugares do Conselho da Fazenda, e Desembargo do Paço pertence à Repartição de que trata o Artigo. Decidiu-se que não.

Os Artigos 6.º e 7.º foram approvados, aquelle sem alterações, e este acrescentando-se as expressões = Superintendencia das Matas, e Florestas = a seguinte "do Estado".

Concluido o debate sobre o Artigo 8.º, foi este approvado sobre a redacção, e aquellas Emendas que forem apresentadas aos Authores do Projecto, para sua illustração.

A discussão do Artigo 9.º adiou-se por tudo isto a hora.

O Sr. Presidente destinou para a Ordem do dia a continuação da discussão adiada,



e depois a do Acto de Navegação.

Levantou-se a Sessão ás duas horas. — Visconde de Santo Amaro, Presidente. — João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretario. — Barão de Valença, 2.º Secretario.

Sessão 45.ª  
No Dia 6 de Julho de 1826.

Presidencia do Snr. Visconde de Santo Amaro.

Abriu-se a Sessão, e sendo lida, e approvada a Acta da antecedente, o Snr. 1.º Secretario participou, que o Sr. Thesoureiro Moir do Thesouro Publico offercia, para se distribuir pelos Membros do Senado porção de exemplares de hum seu Impresso a respeito dos Extraviadores do ouro em pó.

Este offercimento foi recebido com agradecimento.

Ordem do dia.

Continuou a discussão do Artigo 9.º do Projecto de Lei, determinando o numero de Secretarias d'Estado, e attribuições dos Ministros respectivos.

Terminado o debate, e consultando o voto da Camara, venceu-se que ficasse adiado o Artigo para quando se apresentar o Regimento a que se refere, deliberando-se da mesma forma a respeito do Artigo 10.º

Procedendo-se a discussão, e votação á cerca do Artigo 11.º, e como este não fosse approvado; o Snr. Presidente propoz se a materia do referido Artigo poderia ser tratada separadamente em outro Projecto de Lei: venceu-se que sim.

Propoz tambem se o Projecto discutido estava em termos de passar á 3.ª discussão, recludos os Artigos 9.º, e 10.º, em rasão do seu adiamento.